



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2023 - PRES/DG/STIC/NATCTIC**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de solução para realização de videoconferências pela Internet.

**1.2.** Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

Nº Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Justificativa
Único	Subscrição de licenças do software Zoom Meetings (uso corporativo)	TRE-RO	12 licenças corporativas pelo período de vinte e quatro meses.	Baseado na quantidade de licenças já utilizadas por este Tribunal e no redimensionamento necessário para atender atividades exclusivas de treinamento, conforme relatado no evento <a href="#">0771737</a> .

**2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1.** A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações 2023 da STIC, do TRE-RO, código identificador 2023-C01 ([0944476](#)), e devidamente alinhado ao PDTIC sob o ID PDI-18.

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.1.** Além da descrição da necessidade da contratação constante no Documento de Formalização da Demanda: Evento sei ([0930053](#)), A presente demanda visa atender a realização de sessões plenárias, reuniões de comitês/comissões, grupos de trabalho diversos e treinamentos, é necessária a contratação de software que possibilite essas atividades, funcionando em computadores, celulares e tablets e nos principais sistemas operacionais (Windows, Android e IOS), de forma que as limitações sejam minimizadas, facilitando o ingresso dos participantes através dos meios a eles disponíveis.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, necessita de licenças que permitam eventos simultâneos com as Sessões Plenárias no formato Online e porventura outros eventos como cursos, webinars, treinamentos promovidos pela Escola Judiciária Eleitoral por exemplo.

Outra grande demandante são as Zonas Eleitorais que necessitam da ferramenta para realização de audiências, que se mostrou muito efetiva ser realizado via ferramentas de videoconferência.

Os órgãos públicos têm buscado alternativas para manter os seus serviços disponíveis à população, realizando muitas de suas atividades de forma tele presencial.

Esse movimento é incentivado pelos órgãos de controle externo do Judiciário - como o CNJ - ao recomendarem formalmente o tele trabalho e o uso de ferramentas para atendimento on-line. São exemplos disso tanto a Portaria CNJ nº 61, de 31 de março de 2020, que instituiu plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, quanto a Resolução CNJ nº 372 de 12 de fevereiro de 2021, que regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual.”

No âmbito corporativo a utilização de videoconferências - que já vinha sendo uma ferramenta complementar para diversos eventos - se intensificou de forma drástica, sendo atualmente ferramenta eficaz para manter o distanciamento social com a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adoção do tele trabalho inicialmente imposto pela pandemia da COVID-19 e atualmente utilizada como boa prática pela sua eficiência e agilidade na realização de reuniões e auxílio nas transmissões das seções no âmbito desta justiça especializada.

A contratação busca atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia consistente na aquisição de solução apropriada para realização de videoconferências pela Internet.

Uma assinatura da ferramenta de videoconferência Zoom está vigente até o dia 12/04/2023. Por isso a contratação da solução de TIC descrita neste DOD visa atender à demanda da STIC a partir de **06/04/2023**.

**3.2.** Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

**3.2.1** Documento de Oficialização da Demanda ([0930053](#));

**3.2.2** Estudos Técnicos Preliminares ([0948700](#));

**3.2.3** Mapa de Riscos ([0958195](#)).

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**Nota:** A descrição da solução como um todo deverá considerar o **ciclo de vida do objeto**, na sua totalidade, inclusive a especificação da garantia, quando couber, e as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

##### **4.1.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serão adquiridas 12(doze) licenças de uso corporativo pelo período de vinte e quatro meses. A solução atende aos requisitos funcionais e tecnológicos, conforme demonstrado nesse estudo e detalhado abaixo:

- Capacidade de até 300 participantes por reunião;
- Suporte técnico por Tíquete, chat ao vivo e telefone;
- Reuniões ilimitadas;
- Reuniões com até 30 horas de duração;
- Gravação local ou em nuvem (5GB por usuário);
- Compartilhamento de tela;
- Salas simultâneas, que permitem dividir uma reunião Zoom em até 50 sessões separadas para discussão, projetos e muito mais;
- Plano de fundo virtual;
- ID pessoal de reunião;
- Chat de mensagens e compartilhamento de arquivos;
- Controles do anfitrião;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Coanotação em compartilhamento de tela;
- Controle remoto por teclado/mouse;
- Compartilhamento múltiplo;
- Criptografia ponta a ponta das reuniões;
- Recursos de segurança de nível empresarial: Criptografia AES 256 bits no modo GCM para conteúdo em trânsito em tempo real, criptografia de chat avançada, senhas, Salas de espera, bloqueio de reunião, assinaturas de áudio, marcas d'água de compartilhamento de tela, autenticação de dois fatores, entre outros;
- Sala de espera que permite que o anfitrião controle quando um participante pode entrar na reunião. Podendo admitir os participantes um por um ou todos de uma só vez. O mesmo também é possível escolher quem será colocado na sala de espera ou admitido automaticamente e personalizar a sala de espera;
- Integrado em dispositivos Zoom for Home (dispositivo colaborativo pessoal e dedicado a reuniões por vídeos, chamadas de voz e quadros interativos);
- Fixar várias pessoas, onde o anfitrião pode conceder a até 9 pessoas a capacidade de fixar vídeos para criar sua própria exibição personalizada. Assim, os vídeos fixados permanecem visíveis, independentemente de quem estiver falando;
- Destacar várias pessoas, onde o anfitrião pode destacar até 9 vídeos de participantes de forma que todas as pessoas na reunião verão os vídeos destacados, independentemente de quem estiver falando;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Filtros;
- Enquete;
- Anfitrião alternativo e coanfitrião;
- Atribuir agendador de reunião;
- API REST;
- Interoperabilidade com o Skype for Business (Lync);na listagem
- Transmissões ao vivo no Facebook, Youtube ou em um serviço de terceiros;
- Relatórios;
- Gerenciamento de usuários, permitindo adicionar, excluir e atribuir funções e recursos complementares;
- Legendas automáticas na língua inglesa;
- Portal de administração;
- Integração LTI;
- Transcrições de gravação na nuvem na língua inglesa;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Marca;
- Domínios gerenciados;
- Interpretação de idiomas.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Negócio	<p>Permitir a realização das Sessões Plenárias do TRE/RO no formato de videoconferência, com participação online de todas as partes interessadas e transmissão direta e online para o canal do TRE/RO no YouTube</p> <p>Permitir a realização de reuniões de trabalho e de treinamentos no formato de videoconferência, com possibilidade de compartilhamento de conteúdo;</p> <p>Permitir a criação de subgrupos, grupos de trabalho ou grupos focais dentro das reuniões;</p>	<p>Necessário para transmissão de audiências, sessões de julgamento e eventos institucionais do TRE-RO.</p> <p>Atendimento a advogados, partes, membros do Ministério Público Eleitoral, Defensoria Pública da União, candidatos e partidos políticos pela</p> <p>plataforma “Balcão virtual”. Realização de reuniões institucionais.</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Permitir a gravação das reuniões;</p> <p>Permitir controle pleno das salas de videoconferência, com possibilidade de um administrador efetuar ações de controle como a inclusão e remoção de participantes;</p> <p>Permitir a comunicação individual entre participantes, por meio escrito;</p> <p>Permitir a realização de reuniões simultâneas;</p> <p>Permitir o uso em computadores pessoais, tablets e celulares.</p>	
Capacitação	Fornecimento de guias e manuais para utilização do sistema.	Não se trata de uma ferramenta especializada que necessite de treinamento, apenas os guias de funcionamento básico.
Legais	Não há requisitos legais específicos para essa contratação.	
Garantia e Manutenção	Suporte técnico remoto durante a vigência contratual no prazo de 24 meses.	
Temporais	A duração do contrato será de 24 meses contados à partir da liberação das licenças.	Continuidade dos serviços
Segurança da	- Permitir criação/agendamento de reuniões com acesso restrito,	





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Informação	<p>disponibilizado por senhas de acesso ou aprovação no momento de entrada, permitindo a participação na reunião apenas a pessoas autorizadas;</p> <p>- Permitir a administração centralizada do portal de videoconferência, possibilitando aos administradores a configuração padrão de requisitos importantes para a segurança, como por exemplo: uso de senhas, uso de IDs (número de identificação) diferentes para cada reunião;</p> <p>Criptografia de reuniões.</p>	
Sociais, ambientais e culturais	<p>A empresa fornecedora das licenças deverá estar habilitada juridicamente e estar em regularidade fiscal e trabalhista.</p>	
Técnicos	<p>- Realização de reuniões com, no mínimo, 300 participantes, em voz e Vídeo HD;</p> <p>- Permitir o compartilhamento de tela entre os participantes;</p> <p>- Gravação opcional local ou em nuvem.</p>	
Metodologia de trabalho e implantação da solução	<p>As licenças deverão ser liberadas no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho.</p> <p>Disponibilizar ininterruptamente o acesso à plataforma. Os dados de acesso deverão ser encaminhados para os e-mails: cscor@tre-ro.jus.br e natctic@tre-ro.jus.br, dentro do prazo definido para disponibilização dos acessos;</p>	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Capacitação e experiência profissional da equipe	Técnicos certificados: Não se aplica.	
	Atestado de Capacidade Técnica: Apresentação de documento comprobatório de que a empresa é autorizada pela fabricante do aplicativo ZOOM a comercializar o produto no Brasil.	Além de ser prática comum de mercado para a solução pretendida, a contratada deve estar apta para realizar as seguintes atividades com o fabricante da Zoom:  - Realizar a assinatura em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;  - Oferecer, em formato eletrônico, guias e manuais para utilização do sistema, os quais podem estar disponíveis no seu próprio sítio eletrônico;  - Possibilitar o gerenciamento de todos os acessos, na forma indicada em sua proposta

**6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, esta seção não exigiu referidos critérios para todos os itens desta contratação, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto de lei. Vale destacar, também, que a matéria ainda não foi regulamentada no âmbito deste Tribunal.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, já revogada, os órgãos do Poder Judiciário deveriam criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, o que não impede a sua adoção, quando aplicável.

*Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.*

Todavia, o **Art. 21 da nova Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Nesses termos, serão exigidos os seguintes **requisitos sociais e ambientais** da futura prestadora dos serviços:

- a) Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
- b) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

f) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

Em razão do objeto deste Termo de Referência, não há de se falar em possíveis impactos ambientais da respectiva solução, contudo, será exigido da contratada que todas as licenças, os manuais e outros materiais a ser materiais utilizados para treinamentos deverão ser fornecidos em meio digital para download, vedado o fornecimento de mídias físicas.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. Prazos e Condições:**

**7.1.1** O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo [95, “caput”, Inciso I e parágrafo 1º, da Lei n. 14.133/2021](#), complementado pelos termos e condições contidos neste Termo de Referência.

**7.1.2** Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a Adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.1.3** A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela Adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela Adjudicatária.

**7.1.4** A Adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**7.1.5** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da Adjudicatária.

**7.1.6** O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, nos termos do [Art. 90 da Lei 14.133/2021](#). Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme preconiza o [Parágrafo 2º da Lei 14.133/2021](#)

**7.1.7** O contrato terá vigência de 24 meses contados da efetiva disponibilização dos serviços. Tratando-se de serviços contínuos poderá ser prorrogado, observando o limite máximo para dispensa, **sob pena de fracionamento de despesa.**

Justifica-se o prazo de 24 meses devido a essencialidade do serviço para o funcionamento das atividades finalísticas da contratação, bem como a vantajosidade econômica, baseada no fato de que contratos com prazos mais longos se tornam mais atrativos para as empresas fornecedoras desse tipo de serviço, e, consequentemente apresentam melhores propostas, diminui a rotatividade das empresas, traz mais segurança ao cumprimento do planejamento de longo prazo, além de promover a desburocratização e celeridade na prestação dos serviços desta Justiça Especializada.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:**

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, em especial:

- a) Não ceder ou transferir os direitos oriundos da aquisição das licenças à terceiros sem a autorização expressa e por escrito da contratada;
- b) Reconhecer a propriedade intelectual da contratada, com relação às licenças adquiridas, não utilizando os serviços da plataforma para fins não autorizados expressamente pela contratada;
- c) não efetuar qualquer forma de cópia, reprodução ou modificação do software, sem autorização prévia e por escrito da Contratada;
- d) Não realizar o arrendamento, aluguel e/ou transferência das licenças contratadas a terceiros, de forma onerosa ou não;
- e) Não realizar a engenharia reversa, a decompilação e a decomposição do software;
- f) Não realizar qualquer forma de reprodução e/ou distribuição do software a terceiros de forma onerosa ou não;
- g) comunicar à contratada qualquer infração ao direito autoral do software, inclusive cooperando na coibição de eventual ilícito cometido por terceiros;
- h) Indicar o nome do servidor que será o administrador das licenças e também para interlocução com a contratada durante a vigência da assinatura.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- II – Expedir a nota de empenho no valor da contratação e enviá-la à contratada;
- III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- IV - Receber os serviços da assinatura anual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início da disponibilização dos serviços;
- V – Rejeitar os serviços da assinatura anual, na eventualidade da contratada não disponibilizar, de forma injustificada, os acessos aos serviços objeto da contratação ou fazê-lo em desacordo com as regras desta cotação de preços;
- VI - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- VII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, se injustificadas;
- VIII - Aplicar à contratada as sanções legais, regulamentares e contratuais;
- IX - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada;
- X – Realizar o pagamento antecipado parcial, ou seja, dos primeiros 12 (doze) meses da assinatura à contratada, e ao final do primeiro período, o pagamento antecipado dos meses posteriores, observadas as seguintes regras:
  - a) A contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura em conformidade com o preço contratado;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) O pagamento será realizado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta-corrente indicada na proposta comercial, em até 5 (cinco) dias úteis após as permissões de acesso e a disponibilização e dos serviços, e atestação da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato;
- c) No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista;
- d) O contratante fará as retenções legais aplicáveis;
- e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) Eventual compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **7.2.1 Da dispensa da garantia contratual:**

*“A Lei remete à **discricionariedade da Administração** a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexisterem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele.” (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).*

Esta unidade entende que a garantia poderá ser dispensada em razão do pequeno valor do contrato, aplicando-se, ao caso os critérios de razoabilidade e racionalidade em face dos custos da operação bancária da garantia e, principalmente, pela ineficácia efetiva de garantias inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) de acordo com o limite definido pelo Art. 98 da Lei 14.133/2021.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:**

- a) Liberar as licenças no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho;
- b) Disponibilizar ininterruptamente o acesso à plataforma. Os dados de acesso deverão ser encaminhados para os e-mails: cscor@tre-ro.jus.br e natctc@tre-ro.jus.br, dentro do prazo definido para disponibilização dos acessos;
- c) Oferecer suporte técnico remoto na forma prevista em sua proposta;
- d) Garantir a operacionalidade do serviço 24 horas por dia, durante 07 dias da semana. Caso haja qualquer manutenção, deverá informar com 24 horas de antecedência;
- e) Realizar a assinatura em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
- f) Oferecer, em formato eletrônico, guias e manuais para utilização do sistema, os quais podem estar disponíveis no seu próprio sítio eletrônico;
- g) Possibilitar o gerenciamento de todos os acessos, na forma indicada em sua proposta.

II - Iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da assinatura do contrato, sendo este marco temporal adotado como data-base para fins de apuração do período de 24 (meses) de efetiva disponibilização dos serviços, sob pena das sanções descritas nesta cotação de preços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – Apresentar a nota fiscal/fatura dos serviços para pagamento;

IV - Comunicar por escrito eventual atraso ou anormalidade que possa interromper ou paralisar a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos e justificativas ao contratante;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante;

VI - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do contratante ou de terceiros, desde que advindo de sua culpa dolo na prestação dos serviços, ainda que de forma involuntária;

VII - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

VIII - Não transferir a outrem o objeto do contrato;

IX – Manter-se, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

X - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do seu valor, na forma do [artigo 125, da Lei n. 14.133/2021](#), observado, ainda:

XI - Sujeitar-se à ampla fiscalização da contratante, inclusive respondendo a todas as solicitações e diligências que se fizerem necessárias.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:**

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Gestor:	Marco Yerco Mendizabel Cabrera	Ermeson de Oliveira Laurindo	CSCOR/SENGS
Fiscal Técnico:	Ermeson de Oliveira Laurindo	Rafael Rosa Vieira	SENGS/SEAS
Fiscal Administrativo:	Roberto Azevedo Andrade Júnior	Hermeson Pereira da Silva	SAC/ASLIC
Fiscal Demandante	Eduardo Gil Tivanello	Italo Jorge do Nascimento Pessoa	STIC/ASGOVTIC

### **8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:**

**8.2.1 O gestor do contrato** ficará responsável por:

**8.2.1.1** Organizar a reunião inicial;

**8.2.1.2** Encaminhar alterações contratuais;

**8.2.1.3** Controlar prazos e indicadores contratuais;

**8.2.1.4** Atestar notas fiscais;

**8.2.1.5** Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.2.1.6** Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;

**8.2.1.7** Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

**8.2.2** O **Fiscal Administrativo** do contrato ficará responsável por:

**8.2.2.1** Participar da reunião inicial;

**8.2.2.2** Conferir cumprimento de prazos contratuais;

**8.2.2.3** Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;

**8.2.2.4** Conferir documentação exigida no contrato;

**8.2.2.5** Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;

**8.2.2.6** Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

**8.2.3** O **fiscal demandante** do contrato ficará responsável por:

**8.2.3.1** Participar da reunião inicial;

**8.2.3.2** Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;

**8.2.3.3** Monitorar cumprimento de prazos contratuais;

**8.2.3.4** Encaminhar demandas para a contratada por meio de ordens de serviço e/ou chamados;

**8.2.3.5** Aferir as entregas da execução em relação ao objeto contratado;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.2.3.6** Atestar se os requisitos de negócio da contratação foram atendidos;

**8.2.3.7** Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

**8.2.4** O **fiscal técnico** do contrato ficará responsável por:

**8.2.4.1** Participar da reunião inicial;

**8.2.4.2** Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;

**8.2.4.3** Monitorar cumprimento de prazos contratuais;

**8.2.4.4** Encaminhar demandas para a contratada por meio de ordens de serviço e/ou chamados;

**8.2.4.5** Aferir as entregas da execução em relação ao objeto contratado;

**8.2.4.6** Atestar se os requisitos técnicos da contratação foram atendidos;

**8.2.4.7** Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

**8.3. Mecanismos Formais de Comunicação**

**8.3.1** O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
---------	--------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Envio de notas fiscais e informações sobre faturamento	cscor@tre-ro.jus.br e natctic@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	ermeson.laurindo@tre-ro.jus.br

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 36.221,52** (trinta e seis mil duzentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos).

**Obs. Cotação do Dólar em 22/12/2022:**

**\$ 1 = R\$ 5,18**

**9.2.** O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, evento [0959858](#).

**9.3 Do Reajuste** (Art. 25, §§ 7º e 8º; Art. 92, V, §§ 3º e 4º, e Art. 135 da Lei 14.133/2021):

**9.3.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de dois anos contados da apresentação da proposta comercial.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme contato telefônico mantido com a maior fornecedora do objeto da contratação no Brasil, (a empresa WEBSIA), a EPC foi informada que não é comum no mercado a utilização de qualquer índice de reajuste para esse tipo de contratação. No entanto, é observada a variação cambial do dólar, por se tratar de produto adquirido na moeda americana. Dessa forma, na ocorrência de prorrogação do contrato após 24 meses, será observado a variação cambial do dólar no período, podendo o preço ser reajustado para mais ou para menos de acordo com autorização formal das partes.

Além disso, serão observados os preços efetivamente praticados pelo mercado para aferição da vantajosidade do ato de renovação, que poderá não ser realizada caso os preços praticados sejam significativamente inferiores e a contratada não aceite reduzi-los aos patamares de mercado.

## **10. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>				
<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>	<b>Previsão de execução orçamentária por ano</b>	
			<b>Exercício 2023 (R\$)</b>	<b>Exercício 2024</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				(R\$)
Ordinário	Locação e subscrição de software	TIC LOCSOF	18.110,76	18.110,76
Total Geral				R\$ 36.221,52

**11. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

FORMA DE SELEÇÃO
Dispensa de Licitação: ( x ) por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica; ( ) Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR:

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
( ) Menor preço global
(x ) Menor preço
( ) Maior desconto
( ) Outro:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **12.1. Os critérios de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista:**

A Adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

### **12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor:**

Será exigido, Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Certidão Negativa de Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

**12.3.1.** A licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de pelo menos 50% dos itens, o documento deverá conter os dados de identificação do emitente (CNPJ, endereço, telefone, local e data de emissão).

A critério do agente público que estiver conduzindo o certame, poderá ser realizada diligência para comprovar a qualificação técnica apresentada.

**12.3.2.** Apresentação de documento comprobatório de que a empresa é autorizada pela fabricante do aplicativo ZOOM a comercializar o produto no Brasil.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS**

**13.1. SANÇÕES:** Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

**13.1.1 Advertência:** pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.1.2 Multa:** de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.1.3 Impedimento de licitar e contratar:** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**13.1.4 Declaração de inidoneidade:** será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

## **14. ANEXOS**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.1 São anexos deste Termo de Referência:**

I- Estudo Técnico Preliminar - evento ([0948700](#));

II- Mapa de Gestão de Riscos - evento ([0958195](#));

III- Pesquisa de Preços - eventos ([0957445](#)) e ([0957554](#));

IV - Informação conclusiva do valor estimado - evento ([0959858](#)).



---

Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR PEREIRA DA SILVA, Chefe de Núcleo**, em 16/01/2023, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **MARCO YÊRCO MENDIZABEL CABRERA, Coordenador(a)**, em 16/01/2023, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **ERMESON DE OLIVEIRA LAURINDO, Chefe de Seção**, em 16/01/2023, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0967987** e o código CRC **3DB0C6C4**.

0003219-90.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0003219-90.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: Análise final – Dispensa eletrônica n. 3/2023 - Contratação de serviços - Subscrição de licenças do *software Zoom Meetings* de uso corporativo - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 40 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, visando à contratação de **solução de videoconferência pela Internet**, em consonância com o PAC 2023 da STIC,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico n. 6/2023 ([0968255](#)), concluiu:

I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da SOLUÇÃO DE TIC - *Subscrição de licenças do software Zoom Meetings* (uso corporativo), na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

II - dada a pluralidade de fornecedores autorizados pela fabricante do aplicativo *ZOOM* para comercializar o produto no Brasil, cuja seleção se daria apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela EPC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

III - que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG** ([0926736](#)), situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21); sendo que, ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deveria retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

**03.** Pelo Despacho n. 131/2023 ([0969372](#)), a Secretária substituta da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, manifestou-se **favorável** a contratação por meio de **DISPENSA ELETRÔNICA** e encaminhou o processo à **ASLIC**, para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

**04.** A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 03/2023 ([0977882](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento [0977884](#).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Solicitação da LicitaBR, no qual aduz que o edital foi publicado como sendo de **AMPLA CONCORRÊNCIA**; porém quando tentou cadastrar a proposta o sistema informou que o certame era exclusivo para EPP. Assim, requer que seja **retificado** no sistema para que permitir o cadastro de proposta de participantes que não seja EPPs.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sobre o incidente, o Assessor da ASLIC solicitou ([0978917](#)) manifestação da unidade demandante (...) *quanto à aplicação ou não da exclusividade para ME/EPP prevista nos dispositivos legais acima. Em caso de não aplicabilidade à restrição, requer-se justificativa técnica e/ou mercadológica. Prazo para manifestação até o dia 17/02/2023.*

Em resposta, o NATCTIC registrou ([0979420](#)):

(...) em que pese o TR não tenha feito referência ao tema da exclusividade, **esta unidade se manifesta de acordo com o disposto na legislação vigente, que aduz que deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo o valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), [Art. 49, IV, da Lei Complementar 123/06](#) c/c [Art. 189 da Lei 14.133/21](#), ou seja, pela manutenção da exigência.**

Cumprir informar que, a participação exclusiva de ME/EPP não trará nenhum prejuízo à pretendida contratação tendo em vista que o mercado atende com tranquilidade ao objeto a ser contratado, assim, entendemos que a exclusividade deve ser mantida.

O incidente foi assim resolvido pelo Agente de Contratação ([0984487](#)):

...

Compulsando os autos, verifica-se que houve um equívoco de digitação, visto que o valor a ser contratado não pode ser aberto para ampla concorrência. Da leitura dos arts. 47, I e 49, IV, da Lei Complementar 123/06 c/c art. 189 da Lei 14.133/21 depreende-se que o valor a ser contratado na dispensa eletrônica (R\$ 36.221,52) IMPÕE processo seletivo aberto exclusivamente participação de ME/EPP. Isso implica em dizer que não será possível atender ao pedido da requerente no sentido de “retificar” o sistema e possibilitar a participação de empresas que não sejam de porte ME/EPP, visto que o ato seria contrário à previsão legal citada. Além disso, a lei 14.133/21 não trata da alteração do aviso de dispensa, razão pela qual nos socorremos do art. 55, §1º da Lei, que trata da modificação do edital, que é instrumento análogo. No dispositivo está expresso que eventual modificação no edital que não comprometer a formulação das propostas não requer republicação, o que se amolda analogamente ao presente caso, já que, semelhantemente, o ajuste no aviso de dispensa continuaria a não permitir a participação da requerente e, portanto, não influenciaria no total de participantes, visto que seria exclusivo a ME/EPP do mesmo jeito, não alteraria a formulação das propostas já apresentadas e resultaria na mesma participação e obteria o mesmo resultado (sem grifos no original).

b) extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema SIASNET ([0978894](#));





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) proposta e documentos de habilitação da cotante **2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01, juntados nos volumes II e III do processo, com manifestação da unidade demandante pela aceitação da proposta, no valor de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais) e atendimento das exigências de habilitação técnica, evento [0984438](#);

d) relatório de propostas extraído do Portal Compras.gov.br ([0984466](#)).

**06.** Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 005/2023, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([0984598](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0984610](#)).

**É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([0977884](#)).

**08.** Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Solicitação de esclarecimento/retificação no sistema para que permitir o cadastro de proposta de participantes que não fossem EPPs ([0978887](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O incidente foi solucionado de forma adequada pelo Agente de Contratação ([0984487](#)). De fato, houve um equívoco de digitação, visto que o valor a ser contratado, exclui a competição da ampla concorrência.

De acordo com os arts. 47, I e 49, IV, da Lei Complementar n. 123/06 c/c o art. 189 da Lei n. 14.133/21, tem-se que o valor da dispensa eletrônica de R\$ 36.221,52 impõe processo seletivo **exclusivamente** à participação de ME/EPPs.

Por outro lado, a Lei n. 14.133/21 não trata da alteração do aviso de dispensa, sendo bastante razoável a aplicação do seu art. 55, §1º para a situação ocorrida. Veja-se:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

...

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.** (destacou-se)

Assim, como registrou o agente de contratação, eventual ajuste no aviso de dispensa não permitiria mesmo a participação da requerente e, portanto, não influenciaria no conjunto de participantes - que seria sempre constituído exclusivamente por ME/EPPs, não alteraria a formulação das propostas já apresentadas, resultaria na mesma participação e obteria o mesmo resultado.

**b) propostas comerciais:**

Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([0984466](#)).

**c) Item deserto:** Não houve;

**d) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**e) Aceitação/negociação:**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com o relatório de propostas extraído do sistema ([0984466](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0984598](#)), verifica-se que 3 participantes foram inabilitadas diretamente pelo sistema, a saber:

I - PHF EMPREENDIMENTOS LTDA: não atendimento aos itens 4.1 e 4.2.1, "b", do Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica - ADE, quais sejam: a) documento comprobatório de que a empresa seria autorizada pela fabricante do aplicativo ZOOM a comercializar o produto no Brasil; e, b) atestado ou declaração de capacidade técnica;

II - STUDIO CARTOON LTDA: não informou autorização do fabricante para comercializar o produto - exigência do item 4.1 do Anexo I do ADE;

III - ADRIANO S MEDEIROS: não apresentou a documentação exigida pelo, item 7.8 do ADE, a saber: documentos de habilitação exigidos pelo Capítulo 7 do ADE.

Por fim, como já constou do relato deste parecer - após manifestação da unidade demandante pela aceitação da proposta, no valor de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais) e atendimento das exigências de habilitação técnica, evento [0984438](#) - o agente de contratação aceitou a proposta da cotante **2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01 e a julgou habilitada.

**ANÁLISE:** As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação demonstram a aplicação objetiva dos critérios de recusa e aceitação de proposta definidos no ADE.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação.

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica n. 3/2023 foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação, sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **f) Recursos:**

Sobre a questão recursal deve-se registrar que, diferentemente dos certames licitatórios que preveem uma fase recursal, esse procedimento não está disciplinado no procedimento de seleção do vencedor pelo agente de contratação após a disputa na **Dispensa Eletrônica**.

Acredita-se que, em cumprimento ao direito recursal assegurado pela redação do **art. 165, I, "b" e "c", da Lei n. 14.133/2021**, o sistema deverá abrir o prazo de 3 dias úteis, após o registro da adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa, objetivando eventual manifestação dos interessados.

Como se trata de um novo regime, essa funcionalidade deverá ser observada na tramitação do procedimento. Contudo, essa é uma regra aplicável, em princípio, apenas aos certames licitatórios, não estando também disciplinada pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **III – CONCLUSÃO**

**10. Por todo o exposto**, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico n. 6/2023 ([0968255](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

**I** - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da SOLUÇÃO DE TIC - *Subscrição de licenças do software Zoom Meetings* (uso corporativo), na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

**II** - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 3/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([0984466](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo agente de contratação ([0984598](#)), **para adjudicação do seu objeto à cotante SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01, pelo valor total de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais).

Fora apontado no **item 7** do Parecer Jurídico n. 6/2023, que o titular da COFC registrou que se tratava de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2023 para o qual, na época **não se fazia possível a programação e consequente reserva orçamentária** neste exercício financeiro, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023 e da abertura do exercício 2023 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2023, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME ([0962694](#)). Informara, ainda, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramitava no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado às despesas com o objeto dessa contratação.

Contudo, há programação orçamentária juntada ao processo ([0966077](#)), no valor de **R\$ 18.110,76** (dezoito mil cento e dez reais e setenta e seis centavos), que de acordo com o item 10.1 do TR ([0966077](#)), equivale à expectativa de execução para o exercício de 2023.

**III - pela homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021; observando-se, ainda, as anotações em relação à eventual fase recursal, na forma apontada no item 8, "f" deste parecer.

**11.** Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao senhor **Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 14/03/2023, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0987142** e o código CRC **A43BAA81**.

0003219-90.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0003219-90.2022.6.22.8000.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

ASSUNTO: Homologação da Dispensa Eletrônica n. 3/2023 - Contratação de serviços - Subscrição de licenças do *software Zoom Meetings* de uso corporativo.

**DESPACHO Nº 258 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, que tem como objeto a contratação de **solução de videoconferência pela Internet**, em consonância com o PAC 2023 da STIC ([0929858](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final da contratação pretendida processada via Dispensa Eletrônica, identificada sob o número 3/2023 ([0977882](#)) com vistas à adjudicação e homologação do procedimento e providências subsequentes.

Compulsando os autos, verifica-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([0977884](#)).

Analisando o procedimento, verifica-se que houve dois pedidos de esclarecimentos que, em que pese, não haver normatização na Lei 14.133/21, foram recebidos com base no direito de petição e na lei de acesso a informação e respondidos pelo agente de contratação nos termos dos eventos [0984487](#) e [0984488](#).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O agente de contratação trouxe aos autos relatório de propostas ([0984466](#)) e, ao final, juntou o Relatório nº 5/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0984598](#)), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.

No dia e horário agendados, o agente de contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica relatando instabilidade da internet no âmbito deste Tribunal, contudo não afetou a conclusão dos trabalhos. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, a unidade demandante manifestou-se pelo atendimento das especificações técnicas da solução cotada pela empresa 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA - CNPJ n. 33.216.487/0001-01 ([0984465](#)). Dessa forma, a proposta no valor total de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais) foi aceita pelo agente de contratação.

Mediante o Parecer Jurídico nº 40/2023 ([0987142](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 3/2023 à **cotante 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01, no valor total de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([0984466](#)), e via de consequência, pela **homologação da contratação direta pela autoridade competente**.

Constata-se, ainda, que no procedimento foram obedecido os princípios e as determinações da Lei n. 14.133/21, da legislação correlata à dispensa eletrônica e, em se tratando de solução de TIC, as diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, as disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar sua validade, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no curso da tramitação do presente feito.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) **ADJUDICO o objeto da dispensa à empresa 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01, já que demonstradas nos autos condições para contratação com o setor público;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) **HOMOLOGO A DISPENSA ELETRÔNICA TRE-RO n. 3/2023** ([0953225](#)), com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021;

c) **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho no valor de **R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais)** em favor da empresa **2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01;

c) **DETERMINO** a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Efetuada a homologação da Dispensa Eletrônica no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/03/2023, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0989506** e o código CRC **097A367B**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos